

O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958**

O objectivo do presente trabalho não é o de relatar a história da campanha eleitoral de 1958, nem tão-pouco o de fazer uma análise teórica dos fundamentos sociais das diferentes forças envolvidas no movimento antifascista. O que se pretende é mais estudar bem o processo político que produziu a candidatura presidencial do general Humberto Delgado e sugerir o que esse processo nos pode revelar acerca da actuação das várias forças políticas da oposição, com destaque para o PCP. Depois, também queremos abordar brevemente o tema das consequências da campanha eleitoral para os vários sectores da oposição.

A análise que vamos apresentar aqui centrar-se-á em três argumentos. Primeiro, que a divisão nas fileiras da oposição, produto do clima de guerra fria, do anticomunismo dos sectores liberais e do sectarismo do PCP, era tão profunda que impossibilitava qualquer acção unitária, até mesmo quando o PCP mudou de política e chegou a apoiar uma candidatura aparentemente muito aceitável para os sectores mais conservadores da oposição (a de Cunha Leal). Segundo, que o impacte extraordinário da campanha eleitoral do general Delgado se devia à sua própria qualidade de dissidente militar do regime, ao seu carácter decidido e ao seu estilo populista; mas também veio ao encontro duma vontade popular de mudança que os vários sectores organizados da oposição não souberam expressar. Terceiro, que a mobilização popular à volta do general teve um impacte permanente na oposição, afectando o prestígio tanto da Oposição Democrática tradicional como do PCP; e foi possivelmente o factor principal na rectificação da política do Partido a partir de 1961.

1. OS ANTECEDENTES

Nos anos 50, aparentemente não era favorável a situação das forças democráticas em Portugal. Tinha-se dissipado o entusiasmo popular das campanhas eleitorais de 1945 a 1949; também se perdera o espírito de unidade desse período, tendo o regime conseguido uma maior aceitação internacional com a entrada na NATO, em 1949, e nas Nações Unidas, em 1955¹. Foi neste período que saíram

* Departamento de História da Universidade de Toronto, Canadá.

** O autor agradece um subsídio do Social Sciences and Humanities Research Council of Canada, que possibilitou a sua presença em Lisboa.

¹ Hugh Kay, *Salazar and Modern Portugal*, Londres, Eyre and Spottiswoode, 1970, pp. 182-183.

na Inglaterra, em França e nos Estados Unidos alguns estudos muito apologéticos sobre o regime de Salazar² e o prestígio da Ditadura recebeu um grande reforço com a visita oficial da rainha Isabel II e do duque de Edimburgo, em Fevereiro de 1957³. Consolidando também as suas ligações com a vizinha ditadura espanhola (a visita de Franco a Portugal, em Setembro de 1949; a reunião de Salazar com Franco em Ciudad Rodrigo, em Abril de 1952; e a visita à Espanha do presidente Craveiro Lopes, em 1953)⁴, a «democracia orgânica» de Salazar parecia mais segura em meados dos anos 50 que em qualquer momento desde o apogeu do poder fascista na Europa, em princípios da segunda guerra mundial.

No que à oposição se refere, a divisão produzida pelo ambiente de intolerância ideológica da «guerra fria» impedia qualquer unidade de acção. O Movimento Nacional Democrático, o agrupamento mais avançado que tinha surgido até então, ficava isolado dos sectores liberais e sociais-democratas da oposição e não chegou a ter um apoio importante de massas; dissolvera-se em 1956⁵. A ala direita da oposição, organizada à volta do engenheiro Cunha Leal, inclinava-se cada vez mais a procurar «concessões» da parte do regime, sem iniciar qualquer acção efectiva. Depois de 1950 também surgiu um novo agrupamento, o Directório Democrático-Social (DDS), dirigido por Mário de Azevedo Gomes e Jaime Cortesão; a sua influência dependia essencialmente do prestígio intelectual e da integridade dos seus dirigentes, porque as suas actividades se limitavam a publicar análises críticas do regime e a fazer declarações pontuais⁶. É interessante que o DDS se converteu neste período no principal agrupamento político a insistir na necessidade de abstenção nas «eleições» salazaristas, precisamente quando o Partido Comunista (a partir de 1956) se declarava a favor da participação, apesar da fraude eleitoral notória praticada pelo regime. Isto representava uma inversão completa da situação de alguns anos antes, quando era o Partido Comunista que exigia a abstenção e os sectores liberais (por exemplo, Norton de Matos) os que queriam participar.

Foi em Maio de 1956 que o Comité Central do PCP adoptou uma nova linha (depois confirmada pelo V Congresso do Partido), preconizando «a possibilidade duma resolução do problema político português por meios pacíficos»⁷. Esta posição representava uma cedência importante do PCP à oposição burguesa, mas, desafortunadamente, veio numa altura em que sectores de peso nessa oposição não estavam dispostos a colaborar com os comunistas em quaisquer condições. Assim, verificamos que o Congresso Republicano de Aveiro em Outubro de 1957 — o primeiro congresso deste tipo em 31 anos de ditadura — se caracterizou pela timidez e pela divisão e alguns dos discursos enfermavam dum anticomunismo ferrenho, digno dos propagandistas do regime⁸. Como consequência desta divisão, nas eleições legislativas de Outubro de 1957 só se apresentaram candidatos da oposição em três distritos: Aveiro, Porto e Braga. Um sector do DDS consentiu em participar sob pressão dos comunistas e de outros,

² Por exemplo, Christine Garnier, *Vacances avec Salazar*, Paris, Grasset, 1952; Richard Pattee, *Portugal and the Portuguese World*, Milwaukee, EUA, Bruce Publishing Company, 1957.

³ Kay, *op. cit.*, p. 335.

⁴ Id., *ibid.*, pp. 182-183.

⁵ Francisco Martins Rodrigues, *Elementos para a História do Movimento Operário e do Partido Comunista em Portugal*, Lisboa, 1975 (texto dactilografado), pp. 48 e 54.

⁶ Mário Soares, *Portugal Amordaçado: Depoimento sobre os Anos do Fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974, pp. 195-197.

⁷ Informe da Comissão Política ao Comité Central do Partido Comunista Português: *Sobre a Actividade do Partido nas Campanhas Eleitorais para Deputados à Assembleia Nacional e para a Presidência da República*, Lisboa, Edições Avante!, Agosto de 1958 (relator: «Gomes»), p. 5 (consultado no arquivo do Avante!).

⁸ *Congresso Republicano de Aveiro, 5-6 de Outubro de 1957: Teses*, Aveiro, Gráfica Aveirense, 1957. Ver, por exemplo, a tese n.º 16, do Dr. Armando Marques Guedes.

que queriam aproveitar as eleições para mobilizar o descontentamento popular, mas retirou-se no último momento, deixando isolados o PCP e alguns independentes que celebravam com ele⁹. Não obstante, nos três distritos contestados organizou-se uma campanha efectiva, ajudando a preparar o caminho para os acontecimentos do ano seguinte: vários dos candidatos independentes do Porto às legislativas seriam depois promotores fundamentais da campanha do general Delgado à presidência da República.

Se, de certa maneira, a nova política conciliadora do Partido Comunista ajudou a preparar o caminho para o surgimento do «fenómeno Delgado», outro factor trabalhando nesse sentido era a existência inegável de dissidência dentro do regime. No Congresso da União Nacional de Junho de 1956 houve diferenças sobre a política económica e social que saíram à luz do dia pela primeira vez em vários anos; assim, uma resolução excepcional falava dos ricos que eram cada vez mais ricos e dos sintomas da pobreza que se multiplicavam, enquanto — dizia — os empresários portugueses procuravam maiores lucros através da exploração da força de trabalho, e não de uma maior produção¹⁰.

Apesar do elemento demagógico em tais declarações, elas indicavam claramente a existência de diferenças sobre aspectos importantes da política oficial; e não é casual que nestes anos tenham aparecido alguns dissidentes importantes do regime. O mais conhecido deles, Henrique Galvão, era um militar de origens marcadamente fascistas e também amigo pessoal de Humberto Delgado; apesar da sua inflexibilidade ideológica (Galvão, ao contrário de Delgado, nunca aceitou trabalhar com a esquerda), a sua contestação decidida do regime a partir de 1951 teve um impacte profundo¹¹. Outro elemento importante que se pode ver como um antecedente directo (embora tímido) de Delgado foi a campanha eleitoral do almirante Quintão Meireles, em 1951: com o apoio de Galvão e de representantes importantes da oposição tradicional, como António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes, a campanha de Quintão Meireles foi o primeiro intento sério de unir certos sectores da oposição com elementos dissidentes do regime¹². A sua campanha teve um impacte limitado, de facto, devido a vários factores: a sua discrição exagerada, o seu programa político demasiado modesto, a falta de apoio dos comunistas e da esquerda em geral. Mas o importante é que a ideia de apoiar um dissidente do campo fascista, e concretamente um dissidente militar, se tinha lançado.

2. PREPARANDO O CAMINHO: À PROCURA DUM CANDIDATO

Nos primeiros meses de 1958, quando a questão da eleição presidencial já era urgente, parecia pouco provável que se chegasse a vencer a divisão nas fileiras da oposição. O Partido Comunista, num gesto de unidade, juntou-se aos sectores mais conservadores da oposição para propor Cunha Leal, homem de direita com um passado político que remontava à Primeira República. Podia-se pensar que isto representava uma iniciativa unitária importante, se não fosse o passado político de Cunha Leal o tornar um candidato muito pouco indicado (nos primeiros anos da ditadura, ele tinha-se aproximado do regime e, dentro da oposição, através dos anos, fora frequentemente um factor de divisão, envolvendo-se em querelas pessoais com outros vultos oposicionistas, como Teixeira Go-

⁹ PCP, *Sobre a Actividade do Partido nas Campanhas Eleitorais [...]*, cit., pp. 5-6.

¹⁰ Citado em Kay, *op. cit.*, p. 334.

¹¹ Um bom exemplo da prosa polémica de Henrique Galvão é a sua *Carta Aberta ao Dr. Salazar*, Lisboa, Arcádia, 1975.

¹² Mário Soares, *op. cit.*, pp. 187-192.

mes e Norton de Matos)¹³. Por tudo isto, o Directório Democrático-Social opôs-se abertamente a esta candidatura e muitos militantes de esquerda também se opunham, convencidos de que uma candidatura de Cunha Leal entregaria o controlo total da campanha aos sectores mais conservadores da oposição¹⁴.

Apesar disso, um jantar de apoio a Cunha Leal, no dia 11 de Janeiro de 1958, reuniu 700 convidados, entre eles figuras tão conspícuas como os almirantes Quintão Meireles, Tito de Moraes e Sousa Dias, o major Agatão Lança, os Drs. Ramón de la Fêria, Câmara Reis, da *Seara Nova*, e Carvalhão Duarte, do *República*, Aquilino Ribeiro, Vasco da Gama Fernandes, Manuel João da Palma Carlos, Olívio França e outros¹⁵. O boletim interno do Partido Comunista, *O Militante*, declarava que Cunha Leal era «um cidadão democrata, disposto a lutar e a combater o Governo de Salazar [...] e disposto também a combater os monopólios, que se sabe terem íntimas ligações com o imperialismo estrangeiro»¹⁶. Parece que, de facto, Cunha Leal aceitara a inclusão no seu programa de uma ou outra declaração antimonopolista muito geral; mas, conhecendo o seu passado, a maioria das pessoas seguramente não acreditava muito em tais declarações.

Os sectores descontentes com Cunha Leal não perderam tempo na procura doutro candidato. O DDS pronunciou-se a favor dum vulto intelectual seu, Jaime Cortesão (que acabava de regressar dum longo exílio)¹⁷. Outro grande jantar republicano, no Porto, no dia 30 de Janeiro, reuniu uns 300 convidados — entre eles o grupo de ex-candidatos independentes das eleições parlamentares do ano anterior —, nele se insistindo na importância de ter um candidato que seguisse até às urnas (não se retirando no último momento, como tinha sido a regra). Um dos oradores, o Dr. Silas Sequeira, disse que era importante «reconhecer a força colectiva do povo português» e encontrar um candidato que unisse todos os democratas num programa «de luta contra o supercapitalismo»¹⁸. Estes princípios eram os mesmos que depois seriam adoptados pelo general Delgado no seu programa eleitoral, e, de facto, vários dos convidados deste jantar ocupariam mais tarde posições proeminentes na sua campanha — embora neste momento o seu nome ainda não se mencionasse publicamente. Mas, de qualquer forma, a divisão nas fileiras da oposição já era patente, porque, na mesma noite, outro agrupamento organizou um comício no Coliseu do Porto em apoio a Cunha Leal¹⁹.

Por quatro meses seguidos, de Janeiro a Abril de 1958, continuava-se a especular e a manobrar acerca da questão da candidatura democrática à presidência. O que estava em jogo, como em anos anteriores, era a influência relativa de diferentes sectores dentro do movimento antifascista. A divisão principal era ainda entre os comunistas e os que estavam dispostos a trabalhar com eles, de um lado, e, do outro lado, os grupos liberais ou conservadores da oposição, alguns dos quais preferiam aliar-se com o regime em vez de com os comunistas. Mas esta divisão clássica não era a única: também existia uma divergência séria

¹³ PCP, *Sobre a Actividade do Partido nas Campanhas Eleitorais [...]*, cit., p. 7; Mário Soares, *op. cit.*, 106; e a entrevista do autor com o Dr. Manuel Sertório, Lisboa, em 22 de Março de 1977.

¹⁴ Mário Soares, *op. cit.*, pp. 217-225; e a entrevista do autor com o Dr. Manuel Sertório em 22 de Março de 1977. Ver também a correspondência sobre a candidatura de Cunha Leal n.º *O Jornal* de 19 de Fevereiro de 1982 (artigo de Clara Pinto Correia), 5 de Março de 1982 (artigo de Manuel Sertório), 12 de Março de 1982 (carta do contra-almirante Ramos Rocha) e 2 de Abril de 1982 (carta de Manuel Sertório).

¹⁵ *O Século* de 12 de Janeiro de 1958 (com os cortes da Censura, consultados no arquivo d'*O Século*).

¹⁶ «O momento político nacional e as tarefas dos comunistas», por «Lídia», in *O Militante*, III série, n.º 95, Março de 1958.

¹⁷ Mário Soares, *op. cit.*, pp. 217-225.

¹⁸ *O Século* de 31 de Janeiro de 1958.

¹⁹ *Ibid.*

entre os círculos mais tradicionais da oposição burguesa e os sectores novos, mais dinâmicos e modernizantes, que começavam a surgir na época do pós-guerra. Se os primeiros olhavam preferentemente para trás, para a Primeira República e a tradição liberal-democrática e anticlerical do século XIX, os últimos orientavam-se mais pela social-democracia contemporânea ou pela modernização tecnocrática: seguiam o exemplo da América do Norte ou da Europa da CEE. A divisão não era simplesmente de gerações, porque, por um lado, a tendência mais conservadora incluía alguns jovens profissionais formados em círculos tradicionais e, por outro lado, alguns velhos republicanos aceitavam a necessidade de renovação e identificavam-se com os reformadores e tecnocratas emergentes. Em termos políticos, a divisão manifestava-se menos em relação a pontos ideológicos ou de programa do que a tática e a métodos de organização, ou até a diferenças de estilo: onde a oposição tradicional queria seguir com formas e padrões muito conhecidos de actividade política, tais como alianças pontuais de grupos reconhecidos, declarações e protestos assinados por figuras proeminentes, jantares e sessões públicas formais, os sectores novos queriam romper com o formalismo e a rigidez, estabelecer um contacto directo com o povo, explorar os meios de comunicação de massas (na medida em que o regime se dispunha a permiti-lo) e estimular mobilizações populares. Dispunham-se, na verdade, a ser populistas — se o populismo fosse o instrumento mais eficaz para produzir uma alteração fundamental na sociedade fechada e imobilizada do Portugal salazarista; e o general Humberto da Silva Delgado veio a ser o candidato ideal para desempenhar o papel de herói populista. Mas, para a maioria dos políticos da oposição, se não para todos, o impacte eventual do factor populista não ficou claro antes da segunda semana de Maio de 1958, com o início da campanha eleitoral do general Delgado e a sua recepção apoteótica no Porto.

Seria lógico perguntar por que razão o Partido Comunista, em especial, dera um apoio tão forte à candidatura de Cunha Leal, dada a sua história de oportunismo e as suas conhecidas simpatias conservadoras. Posteriormente, o Partido defendeu a sua posição com o argumento de que Cunha Leal aceitara alguns princípios básicos que se consideravam essenciais à condução duma campanha eficaz que unisse o maior número de pessoas:

O nosso Partido defendia a escolha, para candidato, dum democrata disposto a ir até à boca das urnas, que se apoiasse num movimento eleitoral de carácter popular, sem discriminações [isto é, com a participação do Partido Comunista], e com um programa mínimo em que se propusesse lutar pelas liberdades democráticas, pela elevação do nível de vida das massas trabalhadoras e pela defesa dos interesses da burguesia nacional, combatendo os monopólios, que asfixiam a Nação.

Foi tendo em conta que o Sr. Engenheiro Cunha Leal preenchia as condições requeridas que o nosso Partido não teve dúvidas em apoiar activamente a sua candidatura à presidência da República, apesar das diferenças de opinião que nos separam ²⁰.

Apresentada desta maneira, a posição do Partido parece muito razoável, e até se pode considerar uma tentativa exemplar de construir uma ampla unidade antifascista através do apoio a um candidato do agrado dos sectores mais conservadores da oposição. O verdadeiro problema, porém, reside no facto de os comunistas, neste caso como em outros, darem uma importância exagerada aos acordos escritos e às declarações formais, esquecendo-se da dinâmica política real que tais declarações tendiam a ocultar. Apesar das suas promessas muito

²⁰ PCP, *Sobre a Actividade do Partido nas Campanhas Eleitorais [...]*, cit. p. 7.

democráticas e anti-imperialistas, Cunha Leal representava ainda a ala direita da oposição; além de que, mesmo que falasse em se apoiar no movimento popular, ele não queria e não podia mobilizar as massas mais do que se tinha feito em campanhas eleitorais anteriores. Fosse qual fosse o seu programa eleitoral, Cunha Leal significava para o povo português uma repetição da mesma coisa apresentada pela oposição três lustros antes: um gesto simbólico, uma reafirmação ritual dos princípios republicanos e mais uma manifestação de impotência. Ninguém queria arriscar a vida ou mesmo a posição profissional para apoiar um velho político já bastante desacreditado.

De facto, os defeitos da candidatura de Cunha Leal eram evidentes, desde o início, a muita gente, tanto da ala esquerda como da ala direita da oposição. Até existem muitos indícios de que, na realidade, Cunha Leal nunca tivera a intenção de aceitar a candidatura — como escreve o advogado Manuel Sertório em correspondência recente n' *O Jornal* ²¹. O DDS, procurando uma alternativa, propôs Jaime Cortesão ou António Sérgio como outros candidatos possíveis. Mas uma figura intelectual, por muito distinta que fosse e até com uma folha de serviços politicamente impecável, teria um impacto limitado na consciência popular. A verdadeira alternativa — era cada vez mais evidente para todos — era Delgado, precisamente por ser dissidente do regime e homem de acção; o problema era de saber até que ponto se podia confiar nele politicamente e também se todos os sectores da oposição o aceitariam. Muitos, como os comunistas, estavam convencidos de que não era digno de confiança (uma atitude compreensível, em vista da sua história) e durante meses insistiram em que Humberto Delgado não podia ser o candidato da oposição.

Na segunda semana de Abril, Cunha Leal comunicou finalmente a sua decisão de não se candidatar (supostamente por motivo de doença). Mesmo assim, quando o Dr. Câmara Reis comunicou a desistência de Cunha Leal numa reunião na sede da *Seara Nova*, em 18 de Abril, os participantes declararam publicamente que «a candidatura do Sr. General Humberto Delgado não será a candidatura da oposição democrática». Mencionaram-se vários nomes e houve acordo sobre a necessidade dum programa claramente democrático, da unidade sem discriminação política e de ter um candidato que fosse «até às urnas»; mas o general dissidente não lhes parecia aceitável ²². Não só havia muita desconfiança em relação às novas convicções democráticas de Delgado, mas também alguns consideravam a sua candidatura como simples tática divisionista organizada pelo Governo. Assim, àqueles que arguíam que a candidatura de Delgado podia atrair mais dissidentes do regime, debilitando portanto a Situação, o Partido Comunista replicava que podia também ter precisamente o efeito contrário:

É dentro deste plano que surge a notícia da possível candidatura oposicionista do general Humberto Delgado, homem da confiança do Governo e do imperialismo americano [...]

Esquece-se, assim, que a luta de massas, e só a luta, contra tais forças é susceptível de produzir o enfraquecimento daquelas forças e que a candidatura do general Humberto Delgado não iria aprofundar tais contradições, mas sim ao encontro da solução dum problema que se coloca aos salazaristas e que é de como agir para impedir o fortalecimento da unidade democrática e das acções de massas. Trata-se, pois, de uma candidatura que vai aprofundar, sim, as divergências que possam existir ainda entre as forças da oposição [...]

²¹ Artigo de Manuel Sertório n' *O Jornal* de 5 de Março de 1982 e a sua carta n' *O Jornal* de 2 de Abril de 1982.

²² *O Século* de 19 de Abril de 1958 (com os cortes da Censura).

²³ *O Militante*, III série, n.º 95, Março de 1958, art. cit.

Tais temores não se limitavam ao Partido Comunista, e não é surpreendente que o general Delgado fosse recebido com desconfiança por muitos militantes da oposição. Manuel Sertório, um advogado jovem que seria depois um dos mais íntimos colaboradores de Delgado, negou-se a trabalhar com ele quando primeiro lhe falaram do assunto (no começo de 1958), porque cria na necessidade de construir uma frente ampla de unidade antifascista, não acreditando que a candidatura de Delgado pudesse representá-la — em princípio, pelo menos ²⁴.

Nestas circunstâncias, quando Cunha Leal desistiu da candidatura, a resposta do Partido Comunista e da ala esquerda da oposição foi promover um candidato mais perto das suas próprias posições políticas e ideológicas: o advogado lisboeta Dr. Arlindo Vicente. Mas isto, num sentido, representava um passo atrás; muito embora o Dr. Vicente fosse um homem capaz e de uma integridade e uma fé democrática incontestáveis, nessa altura ele não era muito conhecido pelos sectores populares e também estava demasiado perto do PCP para que os outros sectores da oposição o aceitassem ²⁵. Apoiando o Dr. Vicente, o Partido Comunista corria o risco de repetir a experiência de 1951, quando a oposição se encontrava dividida entre candidatos de direita e de esquerda (Quintão Meireles e Rui Luís Gomes) — mas com a diferença de que o Dr. Vicente tinha muito menos prestígio que o Dr. Rui Luís Gomes. De qualquer maneira, a candidatura do Dr. Vicente foi anunciada publicamente a 20 de Abril, com o apoio de muitos dos mesmos que tinham apoiado o engenheiro Cunha Leal ²⁶. Nas semanas seguintes, a organização tanto da campanha do Dr. Vicente como da do general Delgado avançou rapidamente e a divisão no seio da oposição parecia definitiva; uma vez mais, as contradições da guerra fria pareciam mais fortes que a unidade antifascista. Muitos simpatizantes de Delgado consideravam o Dr. Vicente, se não como instrumento do PCP, pelo menos como homem facilmente manipulado pelo Partido; e, por outro lado, os que apoiavam o Dr. Vicente não podiam esquecer o passado de anticomunismo ferrenho de alguns partidários proeminentes de Delgado. Assim, no dia 8 de Maio, um agrupamento de democratas de Coimbra publicou um manifesto de apoio ao Dr. Vicente no qual declaravam:

Não ignoramos que outra candidatura existe, a do Sr. General Humberto Delgado, que se propõe alguns objectivos de conteúdo liberal e tem o apoio de diversos democratas.

Simplesmente, o que não ignoramos também é que uma tal candidatura está longe de garantir a observância dos princípios atrás formulados.

Com efeito, é essa a lição que necessariamente se tira, primeiro, do passado do candidato; segundo, da actuação anterior da generalidade dos democratas que neste momento o apoiam, os quais têm sistematicamente obstado, como ponto de orientação, a que a acção das forças democráticas assente numa unidade sem discriminações [...]

Por outras palavras, esta gente tinha-se negado anteriormente a trabalhar com os comunistas ²⁷ e mantinha uma atitude que em certos casos fazia realmente o jogo do regime: a exclusão permanente do PCP, quer dizer, da força oposicionista que mais apoio e melhor organização tinha, deixava a oposição num beco sem saída. Portanto, era necessário vencer os receios da esquerda de que a candidatura de Delgado fosse simplesmente mais uma maneira de isolar

²⁴ Entrevista do autor com o Dr. Manuel Sertório em 22 de Março de 1977.

²⁵ Id.; e também entrevista do autor com a Dr.^a Alcina Bastos, Lisboa, em 15 de Junho de 1978.

²⁶ *O Século* de 21 de Abril de 1958; *República* de 17 e 21 de Abril de 1958.

²⁷ *República* de 8 de Maio de 1958.

os comunistas; mas isso só seria possível quando o próprio candidato demonstrasse, pela sua conduta bizarra e pela sua atitude de tolerância democrática nas primeiras semanas da campanha eleitoral, que não queria discriminações.

Muito embora as dúvidas do PCP e da esquerda em geral em relação a Delgado fossem justificadas em vista do seu passado, parece provável que os receios não eram puramente ideológicos. Igualmente importante seria a questão de liderança pessoal e de «carisma», por um lado, contra uma política mais convencional, estruturada e programática, por outro: quer dizer, a questão do populismo. O Dr. Arlindo Vicente referiu-se claramente a isto numa entrevista ao *República* no dia 9 de Maio:

«Sou um homem ao lado de todos os outros homens», começou por nos dizer o Dr. Arlindo Vicente — a quem aqueles designaram para os representar.

«Nós não precisamos, nem é do conteúdo do nosso ideal, nem aceitamos, e até repelimos, um homem para conduzir as massas, um 'caudilho' ou um chefe a impor um sistema...

«Nós não temos qualquer responsabilidade no passado, nem nos meandros da ditadura.

«Não desejamos comentar agora a razão da existência de dois candidatos. A democracia tem que aceitar esses factos e a história virá interpretá-los se for caso disso, serena e esclarecida. Mas não deixaremos de afirmar, desde já, que não desejamos a desunião e lhe somos alheios [...]»²⁸

De facto, o Dr. Vicente tinha, evidentemente, toda a razão ao pensar que Delgado era um caudilho potencial, capaz de dirigir as massas pela sua atracção pessoal; mas o que ele não chegava a entender (possivelmente ninguém o entendia nessa altura) era que uma campanha pessoal, populista, era talvez, nas circunstâncias de 1958, a única maneira de a oposição poder romper o *impasse* em que se encontrava como consequência da repressão oficial e da sua própria esterilidade táctica.

3. AS ORÍGENS IMEDIATAS DA CANDIDATURA DE DELGADO

Até aos últimos meses de 1957, a ligação de Delgado com o movimento antifascista era bastante ténue. Era sabido que alguns anos antes ele começara a rejeitar certos aspectos do regime, manifestando ideias liberais devidas à sua experiência no Canadá e nos Estados Unidos. Um indício do que podia chegar a fazer foi o gesto de solidariedade com Henrique Galvão, a quem visitou em Peniche durante uma licença do seu lugar em Washington no Outono de 1956. Sendo um gesto ousado, que tinha necessariamente de provocar o desagrado do Governo, podia também interpretar-se como simples expressão de camaradagem militar, e não como tomada de posição claramente política. Mais tarde, nas suas *Memórias*, Delgado diria que já nessa altura estava envolvido numa conspiração militar contra o regime, conspiração que não chegara ao seu fim porque o Governo prolongou o seu período em Washington²⁹. Foi só no Outono de 1957 que voltou a Lisboa para assumir a posição de director-geral da Aviação Civil (que podia ser um intento de Salazar de comprar o seu silêncio), e assim pôde fazer mais contactos.

Parece que a ideia de propor Delgado para a presidência partira de Henrique Galvão, que lhe sugerira a 25 de Outubro de 1957, quando o general fazia outra

²⁸ *República*, de 9 de Maio de 1958.

²⁹ Humberto Delgado, *The Memoirs of General Delgado*, Londres, Cassell, 1964, pp. 84-85.

visita a Peniche. Como Delgado parecia aceitar a ideia, Galvão contactou António Sérgio, que se converteu no principal agente organizador de um apoio civil à candidatura de Delgado³⁰. António Sérgio já pensava da mesma maneira e era adepto do esquema de propor como candidato um militar dissidente do regime como tática para dividir as forças da Situação; e começou logo a promover a ideia entre a oposição. A ideia foi comunicada ao grupo de antigos candidatos parlamentares do Porto, tendo sido eles a tomar a primeira iniciativa colectiva no sentido de nomear Delgado. Na primeira quinzena de Janeiro de 1958, este grupo mandou o arquitecto Artur Andrade contactar o general, tendo com isso começado a preparação concreta da campanha³¹. É notável o facto de a oposição «clássica» ter tido pouca participação nestes primeiros passos; até António Sérgio, que tinha contactos de longa data com os dirigentes da oposição, era conhecido pela sua independência. É interessante também que outro intelectual proeminente, Jaime Cortesão, que o DDS queria nomear como possível candidato, tenha afirmado que o general Delgado seria o melhor candidato nas circunstâncias do momento³².

É evidente então que a candidatura de Delgado não surgiu por mero acaso. Havia uma tendência, embora limitada, de dissidência militar do regime e Delgado era simplesmente o oficial dissidente mais importante. Já existiam também alguns elementos da oposição civil que queriam romper com os esquemas tradicionais de actuação e que procuravam precisamente um general no activo que se prestasse a ser candidato para dividir as forças do regime. A 19 de Abril registou-se oficialmente a candidatura de Delgado no Supremo Tribunal; e na mesma altura vários elementos conhecidos da oposição fizeram sair um manifesto explicando os motivos da candidatura do general:

Identificados com a tendência da generalidade dos Portugueses, os signatários, por si e na convicção de que exprimem o que sente e pensa a grande maioria da Nação, até pela experiência adquirida na última campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, em que alguns se apresentaram como candidatos independentes pelo distrito do Porto, dispõem-se a apresentar, conjuntamente com muitos outros cidadãos, um CANDIDATO INDEPENDENTE às próximas eleições presidenciais.

E porquê um CANDIDATO INDEPENDENTE?

Porque só um português alheio a grupos ou facções e que possa na verdade responsabilizar-se perante toda a Nação como árbitro imparcial na presente conjuntura política, fomentada por 32 anos de suspensão das «liberdades públicas», poderá conduzir a uma solução nacional o dramático problema político do País.

Esse português é o SR. GENERAL HUMBERTO DELGADO, cidadão identificado com a actual Constituição e os preceitos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovados pelas Nações Unidas. Só ele, neste momento, reúne condições para romper o «*beco sem saída*» em que vivemos, abrindo novos rumos à vida nacional e fazendo desaparecer os receios, as dúvidas e os medos de toda a ordem, que são comuns e frequentes entre nós³³.

³⁰ Humberto Delgado, *The Memoirs [...]*, pp. 88-90.

³¹ Entrevistas do autor com o arquitecto Artur Andrade, Porto, em 29 de Junho de 1977, e com Fernando Piteira Santos, Lisboa, em 13 de Janeiro de 1977.

³² Mário Soares, *op. cit.*, pp. 217-225.

³³ *Eleições para a Presidência da República: Candidatura Independente do General Humberto Delgado* (circular dos serviços da candidatura, em organização), Lisboa, Abril de 1958. Documento consultado por cortesia de D. Maria Humberta Delgado Lourenço.

Para os signatários deste documento pelo menos, a candidatura do general era, evidentemente, uma estratégia consciente, e não uma mera coincidência conjuntural. O manifesto é interessante pela sua apropriação da retórica da «unidade nacional» e de «restauração do País», tão apregoada pelo regime; demonstra assim que estes valores não eram monopolizados pelo fascismo e pela reacção. A combinação destes valores nacionalistas e tradicionais com os princípios democráticos e progressistas da oposição era com certeza um factor muito importante na popularidade extraordinária da candidatura de Delgado, e nesse sentido é tipicamente populista ³⁴. Mas, aparentemente, este aspecto não era o mais importante para os promotores iniciais da candidatura, que se interessavam mais pela capacidade de Delgado de provocar uma divisão nas fileiras do regime:

Podemos dizer que a candidatura do general Humberto Delgado, visando ser uma candidatura unitária democrática ampla, não era uma candidatura unitária, até porque havia outra candidatura que era uma candidatura de esquerda [a de Arlindo Vicente] — mas correspondeu a um quadro táctico, a uma estratégia semelhante à do almirante Quintão Meireles, isto é, tratava-se de apresentar uma candidatura que, oferecendo condições de coligação e de movimentação aos democratas oposicionistas, pudesse, pela personalidade do candidato, as suas ligações, o seu passado, a sua própria personalidade militar, o próprio facto de ser um servidor do regime, ser um factor de divisão ou de dissidência no campo fascista ³⁵.

Era esta ideia de eleger um dissidente do regime, e não um candidato claramente identificado com a oposição, que suscitava tantas dúvidas ao Partido Comunista, dado parecer provável um dissidente, mesmo que fosse sincero, provocar ilusões entre o povo em relação à possibilidade de surgir uma alteração fundamental no interior do sistema fascista. Que esta táctica de provocar uma dissidência no regime dominava o pensamento de alguns dos promotores da candidatura é evidente pelas características dos primeiros passos preparativos da campanha, os quais se deram com grande discrição, para não prejudicar prematuramente a posição oficial do general; o que se procurava não era um candidato que parecesse juntar-se à oposição numa situação de ignomínia ou de desonra, mas um general no activo, gozando de muitos privilégios dentro do sistema, e mesmo assim disposto a arriscar tudo para provocar a mudança. Sem dúvida, uma figura deste tipo produziria um impacto mais forte na consciência de outros dissidentes potenciais. Por este motivo, alguns dos ex-candidatos parlamentares do Porto disseram a Delgado que devia apresentar-se como dissidente reformista, como alguém que só queria uma modificação ligeira do sistema, e não como promotor duma oposição aberta e directa; e foi o próprio Delgado quem rejeitou tal posição e insistiu em manifestar publicamente o seu repúdio total do regime. Daqui a posição enérgica assumida pelo general no seu

³⁴ Neste aspecto, o discurso de Delgado corresponde muito bem ao modelo analítico proposto por Ernesto Laclau (*Politics and Ideology in Marxist Theory*, Londres, New Left Books, 1977). Laclau constrói a sua teoria na base duma análise althusseriana da ideologia e do conceito de «interpelação»; sugere que o populismo está constituído essencialmente ao nível ideológico e que a sua característica mais típica é a incorporação de interpelações não classistas no discurso de uma ou outra classe específica. Estamos em desacordo fundamental com a análise de Laclau da estrutura política do populismo, mas achamos que ele tem toda a razão em afirmar que o discurso populista incorpora elementos ideológicos muito diversos e até contraditórios.

³⁵ Entrevista do autor com o Dr. Fernando Piteira Santos, Lisboa, em 13 de Fevereiro de 1977.

Manifesto à Nação e na sua primeira conferência de imprensa, onde fez a conhecida promessa de demitir Salazar («Obviamente, demito-o!»); ainda neste momento (o 14 de Maio), os organizadores da campanha não queriam que Delgado tomasse uma posição tão categórica, mas ele insistiu ³⁶. Não se pode negar, pois, a sua sinceridade e decisão: desde o primeiro momento assumiu uma posição clara, rejeitando compromissos fáceis — e não há dúvida de que esta atitude bizarra foi um factor importante no impacto popular da sua campanha.

Foram precisamente a ousadia de Delgado, a sua formação militar, o seu sentido de honra — até a sua vaidade — que imprimiram à sua campanha um carácter original; as mesmas qualidades que tinham facilitado a sua carreira no regime fascista ajudavam-no agora a transformar as perspectivas da oposição portuguesa. Eram qualidades que Delgado tinha em comum com outro dissidente famoso, Henrique Galvão, que teve uma influência na campanha do general que não se deve ignorar. A correspondência de Delgado com Galvão, quando este se encontrava encerrado em Peniche e aquele em Washington, é fascinante pela visão que oferece da mentalidade militar e individualista de ambos. Galvão revela, numa carta de 28 de Dezembro de 1952, toda a intensidade do sentimento de honra e de vontade quixotesca que o animava a persistir na sua luta solitária:

Como me deixaram só a vida, vou jogá-la. E, sem ódios (juro-lhe pela minha honra), vou para onde me empurraram: para a revolta. Não a conspiração à maneira clássica, as reuniões, os planos, as traições, etc. Vou só. Quem quer, que venha comigo espontaneamente, porque eu não aliciarei ninguém. Serei apenas o primeiro de uma «resistência nacional antitotalitária». Como vê, não estou muito apetrechado para vitórias — mas tenho ainda a vida que vou jogar.

Falo-lhe assim porque sei que V., se fosse atirado assim violentamente para a mesma situação ou semelhante — também não se resignaria, também se bateria [...] ³⁷

Evidentemente, Galvão reconhecia em Delgado um carácter semelhante — e tinha razão. Apesar das diferenças de temperamento — Galvão era frio e calculador, Delgado emocional e impulsivo, e politicamente deviam separar-se nos anos posteriores, quando Delgado chegou a fazer alianças mais à esquerda —, ambos eram homens de acção, intrépidos e irascíveis, obsessionados com os valores militares de honra e disciplina. Delgado pode não ter sido um democrata ideal — embora a sua mudança de opinião como consequência dos anos de contacto com sociedades liberais parecesse sincera —, mas, por estilo e temperamento, era o homem idóneo para a tarefa de transformar e renovar a oposição depois de mais de trinta anos de ditadura e treze de farsas eleitorais. Foi a consciência deste carácter seu que levou um grupo importante de oposicionistas a promoverem a sua candidatura — e foi também a manifestação prática destas qualidades pessoais durante a campanha eleitoral que estimulou uma mobilização popular maciça e obrigou o outro candidato da oposição, Dr. Arlindo Vicente, a desistir a seu favor no último momento.

³⁶ Entrevistas do autor com o arquitecto Artur Andrade, Porto, em 29 de Junho de 1977, e com o Dr. Olívio França, Porto, em 6 de Junho de 1978.

³⁷ Citado em Vitor Dimas, *Humberto Delgado: o Homem e Três Épocas*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1977, p. 168.

4. AS CONSEQUÊNCIAS DA CAMPANHA

Aqui não podemos entrar numa discussão dos acontecimentos da campanha eleitoral em si, os quais já começámos a analisar noutro lugar ³⁸. É do conhecimento geral que Delgado provocou uma explosão popular sem paralelo antes do 25 de Abril e que sacudiu os fundamentos do regime. Sabe-se também que o regime sobreviveu a este choque, que nem Delgado nem os outros elementos da oposição foram capazes de aproveitar no imediato a mobilização produzida pela campanha eleitoral e que o general foi destituído de todas as suas funções, obrigado a exilar-se e, finalmente, assassinado pela PIDE ³⁹. Mas o que nos interessa aqui é o impacto dos acontecimentos de 1958 nos diferentes sectores do movimento antifascista.

Primeiro, não há dúvida de que o fenómeno Delgado acabou de desacreditar a política da Oposição Democrática tradicional. Comprovou-se a total irrelevância do que Delgado chamava depreciativamente a «oposição de papéis», com o seu legalismo excessivo, a sua timidez, a sua fidelidade aos velhos mitos republicanos. A preocupação com declarações públicas calculadas, com acordos entre pequenos grupos de intelectuais e com as «regras do jogo» cedeu o passo à política de massas e à acção directa e atrevida. Não foi por acaso que nos próximos anos houve uma série de tentativas de organizar um levantamento armado (como, por exemplo, a conspiração da Sé, de Março de 1959, e a revolta de Beja, do 1.º de Janeiro de 1961) e também o aparecimento de novas tendências políticas: uma esquerda católica militante, um movimento estudantil combativo e depois várias organizações consagradas à acção armada a curto prazo (a LUAR, as Brigadas Revolucionárias e a Frente de Acção Popular). Muito embora estes novos agrupamentos estivessem relacionados com certas tendências internacionais dos anos 60, o seu impacto em Portugal tinha, sem dúvida, muito que ver com o novo clima político nascido da campanha eleitoral de 1958.

Mas a campanha eleitoral também produziu um sério desgaste na imagem pública do PCP. Não tanto pela desconfiança manifestada inicialmente perante a candidatura de Delgado — desconfiança inteiramente natural, em vista do passado do general —, mas pela sua preferência inicial por um candidato tão desprestigiado como Cunha Leal e também pela lentidão em responder à explosão de entusiasmo popular provocada por Delgado durante a campanha. Muita gente não podia deixar de notar que a situação que se criou em Maio e Junho de 1958 se aproximava muito da conjuntura postulada pelo PCP na sua estratégia anterior — o «levantamento nacional antifascista»; dificilmente o sentimento popular podia ser mais propício do que nesta altura a uma estratégia insurreccional. De facto, o Partido não pôde evitar que muitos militantes seus participassem nas greves espontâneas de protesto que se deram em vários lugares depois das eleições, ou, posteriormente, nas revoltas armadas da Sé e de Beja (condenadas pelo Partido como tácticas putschistas). Era patente que o PCP se tinha equivocado completamente na sua análise da situação; e isto implicava interrogações fundamentais sobre a sua linha política. Assim, em dois documentos publicados clandestinamente pouco depois das eleições ⁴⁰, o Partido deu

³⁸ D. L. Raby, «Populism and the Portuguese left: from Delgado to Otelo», in Lawrence Graham e Douglas L. Wheeler (eds.), *Revolutionary Portugal*, Madison, EUA, University of Wisconsin Press (a sair em breve).

³⁹ Estes acontecimentos são relatados detalhadamente em Vítor Dimas, *op. cit.*, e em várias outras obras sobre Delgado e a oposição no exílio.

⁴⁰ *Sobre a Actividade do Partido nas Campanhas Eleitorais [...]*, cit., e *Sobre as Greves políticas*, Edições Avante!, Agosto de 1958 (consultado no arquivo do *Avante!*).

a impressão de que a onda de greves políticas em muitos lugares da margem sul, no Ribatejo e na zona do Porto fora produto da sua iniciativa:

Ao apelo do Partido Comunista, a classe operária declarou-se em greve em apoio das palavras de ordem, dadas pelo Partido, onde se reclamava, como condição para a pacificação da família portuguesa, o seguinte:

*Um Governo sem Salazar e Santos Costa!
Abolição da censura!
Libertação imediata de todos os presos políticos!
Realização de novas eleições para a presidência da República!*

Assim, ao declararem-se em greve, em apoio destas palavras de ordem, as massas trabalhadoras deram uma justa interpretação às reclamações imediatas de toda a Nação depois do dia 8 de Junho [...] ⁴¹

Mas, na realidade, não só não foi assim (as greves começaram espontaneamente e o Partido só tomou uma posição de apoio depois de uma semana, quando já se tinha perdido o ímpeto inicial), mas também as palavras de ordem mencionadas não expressavam realmente os sentimentos de muitos trabalhadores nesse momento. A palavra de ordem «Um Governo sem Salazar e Santos Costa» representava a política conciliadora do Partido nesse período, política que propunha a destituição destes dois indivíduos como questão-chave, e não a liquidação do regime fascista. Apesar disto, muitas informações (e até alguns documentos do PCP) ⁴² indicam que a atitude dos trabalhadores em greve era insurreccionária; as suas palavras de ordem eram frequentemente «Abaixo o fascismo!» e «Abaixo o salazarismo!». Parece evidente que um número cada vez maior de trabalhadores começavam a pensar como Manuel Serra (um dos principais elementos da conspiração da Sé): que «só pela força das armas seria possível derrubar o fascismo» ⁴³.

Temos de reconhecer que, posteriormente, o PCP fez uma autocritica em relação à sua actuação em 1958, abandonando (pelo menos verbalmente) a política da «solução pacífica do problema político português» e aceitando algumas das críticas que se tinham feito. Num documento intitulado *O Desvio de Direita no Partido Comunista Português*, publicado clandestinamente em 1961, o Partido chegou a dizer que em 1958 «Vivemos uma situação pré-insurreccional sem nos apercebermos disso»; e, por conseguinte, se, em vez de espalhar ilusões legalistas, o Partido tivesse radicado nas massas a ideia de que a tarefa que se lhes colocava não era apenas a de umas eleições manipuladas, mas a de derrubar o regime, «talvez que a crise de 1958 tivesse tido outro rumo e outro desfecho». E a seguir diz assim:

O Partido foi em larga medida ultrapassado pelas iniciativas, vontade combativa e abnegação das massas populares. Para o *momento crucial* (dia 9) — e momentos destes, em que a disposição de luta nas massas atinge o auge e atingem também o auge as dificuldades do inimigo, só muito raramente se verificaram — nada foi previsto, nada foi preparado, nada foi organizado, nada foi feito.

⁴¹ *Sobre as Greves Políticas*, cit. p. 1.

⁴² *Ibid.*, pp. 2-3.

⁴³ Entrevista do autor com Manuel Serra, Lisboa, em 10 de Março de 1977.

No mesmo documento reconhece-se também que o movimento grevista de Junho de 1958 foi, em grande medida, espontâneo:

O manifesto do Secretariado datado de 9 só acidentalmente põe a palavra «greve» como uma entre muitas outras formas de luta [...] Também nas greves políticas o Partido foi, em larga medida, *na cauda do movimento espontâneo*. Os apelos à greve a partir do dia 16 de Junho (Direcção Regional do Norte), dia 18 (Comissão Política) e dia 25 (Organização de Lisboa) são posteriores às primeiras greves, verificadas de 12 a 16, em várias fábricas e empresas de Almada, Cova da Piedade, Cacilhas, Alverca, etc. Foi preciso que numerosas greves eclodissem espontaneamente ou por iniciativa local de membros do Partido para que a direcção do Partido tomasse tardiamente a iniciativa num plano nacional [...] ⁴⁴

É inegável que temos aqui um reconhecimento muito importante — e salutar — da realidade da situação de 1958; e, de facto, este panfleto foi a declaração-chave numa rectificação da linha do PCP que culminaria no *Rumo à Vitória*, de Cunhal ⁴⁵. O mesmo documento também fez uma autocritica noutro sentido, em relação ao apoio dado pelo Partido, nos primeiros meses de 1959, ao movimento militar independente de Delgado e à sua participação na fase preliminar da conspiração da Sé — movimentos que critica como exemplos de putschismo («com as características tradicionais dos movimentos reviralhistas») ⁴⁶. Temos de dizer que é uma caracterização discutível desses movimentos, que com certeza terá uma parte de verdade, mas que nos obriga a fazer outras perguntas acerca da política do PCP. Em parte fora precisamente este receio de se comprometer com «movimentos reviralhistas» que levára o Partido a não se preparar para um levantamento revolucionário das massas, tal como aconteceu na altura da campanha eleitoral de 1958. A incapacidade do Partido para responder a esta situação não resultava unicamente da política da «solução pacífica do problema político português», adoptada em 1956; essa política pode explicar a sua preocupação de evitar um conflito armado, mas não a falta de preparação para outras formas de luta (como, por exemplo, uma greve política). De facto, uma das proposições tácticas associadas com a política da «solução pacífica» era precisamente a ideia duma greve geral pela renúncia de Salazar e Santos Costa — uma táctica aparentemente adoptada sob a influência do Partido Espanhol ⁴⁷. Mas acabámos de ver que em 1958 não houve nenhuma preparação para uma greve geral até depois do momento decisivo da luta; ficámos com a impressão de uma incapacidade total para responder a uma situação imprevista.

Para os críticos de esquerda do PCP, esta falta de iniciativa na situação de crise de 1958 explica-se simplesmente pela colaboração de classe e o abandono duma perspectiva revolucionária. A nossa interpretação é que a explicação se tem de encontrar noutro campo: não na dicotomia transição pacífica e transição violenta em si, nem mesmo no carácter de classe dos agentes políticos com os quais o Partido se dispunha a fazer alianças (outra preocupação constante do Comité Central), mas na própria dinâmica da luta política e na relação entre Partido e massas (ou entre a direcção e os militantes de base). Quer dizer, se o Comité Central tivesse uma maior sensibilidade à evolução dos sentimentos das classes populares, teria visto, a poucos dias do início da campanha eleitoral de

⁴⁴ *O Desvio de Direita no Partido Comunista Português nos Anos 1956-1959 (Elementos de Estudo)* (documento clandestino de Março de 1961), especialmente p. 9 (consultado no arquivo do *Avante!*. As frases sublinhadas estão assim no original).

⁴⁵ Alvaro Cunhal, *Rumo à Vitória*, Lisboa, Edições «A Opinião», 1975.

⁴⁶ *O Desvio de Direita [...]*, cit. pp. 10-13.

⁴⁷ Há uma referência indirecta a isto n' *O Desvio de Direita [...]*, cit., pp. 15-17, onde se fala desta orientação, que fora «adoptada mecanicamente dum partido irmão».

1958 (por exemplo, logo depois da recepção extraordinária de Delgado no Porto, em 14 de Maio), que chegara o momento de tomar acções decisivas: que a táctica indicada era qualquer coisa como a greve geral combinada com outras formas de luta para forçar uma mudança do regime.

A questão principal, então, não era tanto a integridade do general Delgado, ou o carácter de classe dos grupos oposicionistas que apoiavam a sua candidatura, ou a orientação política dos oficiais dissidentes que podiam hipoteticamente organizar um golpe em apoio de Delgado. Estas questões (nas quais se centrava a autocritica do Partido) seriam de grande importância numa discussão da táctica a seguir numa conjuntura pós-fascista, logo depois da queda do regime; mas, em Maio-Junho de 1958, a questão-chave para o Partido (como, de resto, para qualquer movimento oposicionista sério) era como desenvolver e aproveitar o desejo manifesto das massas por uma mudança política imediata. Seja como for, não há dúvida de que as críticas feitas, dentro e fora do Partido, à sua falta de iniciativa política na crise do regime produzida pela campanha eleitoral de 1958 estiveram na origem da rectificação da sua política iniciada com a publicação do *Desvio da Direita*. Anteriormente a esta rectificação, com a política da «solução pacífica» seguida de 1956 a 1959, o PCP parecia adoptar o mesmo rumo de conciliação parlamentar empreendido pelos Partidos Comunistas Espanhol e Italiano — e que muito depois levaria ao eurocomunismo. Paradoxalmente, então, podemos dizer que o impacte da campanha eleitoral de Humberto Delgado parece ter sido um factor importante, contribuindo para impedir a evolução do PCP num sentido eurocomunista. De qualquer forma, trata-se dum episódio de importância fundamental na história do Partido.